

O INFORMATIVO

DO VALE

Vale do Taquari.
Terça-feira
9 de agosto de 2016

FUNDADO EM 8 DE MAIO DE 1970 POR OSWALDO CARLOS VAN LEEUWEN

Ano 47.
Nº 11.114
R\$ 1,75

Lajeado fecha o cerco à infrequência escolar

» Em torno de 70 casos de alunos que deixaram de ir à escola são analisados, esta semana, em Lajeado. Liderada pelo Ministério Público (MP) da cidade, a iniciativa, denominada Dia D, abrange a realização de reuniões nas instituições de

ensino. Nos locais, com a presença de profissionais da rede de atendimento, são debatidas as razões da infrequência escolar e traçadas estratégias de retorno do estudante às aulas.

Página 4



Lidiane Mallmann

Quando a qualidade de vida vem a cavalo

» Dia Nacional da Equoterapia lembra que a melhoria das condições de corpo e mente doentes pode chegar com um método terapêutico que ajuda a desenvolver habilidades motoras, emocionais e cognitivas. Página 5

PROGRAMAÇÃO:
palestrantes falarão, dias 17 e 18, sobre a equoterapia

BOX
LOCADORA DE VEÍCULOS

A trabalho ou lazer, será sempre um prazer!

Fone: (51) 3714.6588
locadora@boxlocadoraaveiculos.com.br
Av. Alberto Freyre, 811 B. Aniversário - Lajeado/RS

4 JOVENS EMPRESÁRIOS

FALTAM 2 DIAS

CDL Lajeado Jovem

TEMA DO DIA
Quando a cura do corpo irradia a luz do espírito
Páginas 2 e 3



Rafaela Silva conquista o ouro para o Brasil

Página 10

1º PGTO EM
DEZ
EM ATÉ 10X FIXAS

SEMANA DO HOMEM
SAPATOS, CALÇAS
POLOS, CAMISAS
E CAMISETAS

COM ATÉ
50%
DE DESCONTO

dullius

*sujeito a análise de crédito

Feeling

Força-tarefa analisa casos de infrequência escolar em Lajeado

Iniciativa contempla a realização de diversos encontros nas instituições de ensino, com a participação do Ministério Público, professores e profissionais de outras áreas



Camila Pires
camilapires@informativo.com.br

» Lajeado

Os casos de infrequência escolar em Lajeado são analisados, esta semana, por meio de uma força-tarefa liderada pelo Ministério Público (MP), por meio da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. Estudantes das redes municipal e estadual de ensino, com Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai) aberta, são chamados, com os pais, a participar de encontros com o promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, professores e profissionais de outras áreas.

A agenda, de oito reuniões, teve início ontem pela manhã, na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Alfredo Lopes da Silva, no Bairro Morro 25. Ao todo, 70 fichas de alunos infrequentes serão examinadas uma por uma, de preferência, com a presença dos envolvidos.

O mutirão de verificação de Ficais por microrregiões de Lajeado - são oito no total - faz parte do Dia D. A iniciativa tem o objetivo de debater as causas da evasão escolar e de encontrar soluções. "Aqui, prezamos pela agilidade no contato dos serviços e também pela união deles em relação à escola. Es-



"Aqui, prezamos pela agilidade no contato dos serviços e também pela união deles em relação à escola. Estamos ao lado da escola e reconhecemos nela o maior fator de prevenção à violência no país."

Sérgio da Fonseca Diefenbach,
promotor de Justiça

tamos ao lado da escola e reconhecemos nela o maior fator de prevenção à violência no país", destaca Diefenbach.

Conforme o promotor, três aspectos principais influenciam os adolescentes na desistência da escola: a drogadição, a entrada no mercado de trabalho e o desinteresse por aquilo que as instituições de ensino disponibilizam. "Os casos de infrequência escolar entre crianças é por negligência dos pais",

acrescenta o promotor.

Para a orientadora educacional da Emef Alfredo Lopes da Silva, Joice Marciane Schneider, o debate coletivo entre as frentes de trabalho beneficia os pais. "Muitos não sabem o que fazer e encontram na rede de atendimento a ajuda necessária para suas demandas, e isso ocorre de forma efetiva e ágil", ressalta.

TRABALHO EM REDE

Quando um estudante passa a faltar às aulas, a escola onde ele estuda faz o registro da Ficai e explica as razões e tentativas de resgate do aluno. Caso não obtenha sucesso nessa tentativa, a Ficai é enviada, de forma eletrônica, ao Conselho Tutelar, que faz as intervenções necessárias, como visitas às famílias. Se ainda assim o órgão não consegue fazer com que o aluno retorne à escola, o caso é encaminhado para o MP. Lá, são analisadas todas as medidas que já foram tomadas pela escola e Conselho Tutelar. "Verificamos a necessidade de alguma medida, como audiência na Promotoria com a família, ajuizamento de alguma ação contra os pais ou medida na saúde, nos casos de drogadição", explica Diefenbach. Há situações em que a Ficai também é arquivada quando chega ao MP.



REUNIÃO: pais, alunos, professores e profissionais estiveram na Alfredo Lopes da Silva

Saiba Mais

Grupo técnico das reuniões: Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Infantil; enfermeiras das unidades básicas de saúde; Centro de Referência de Assistência Social (Cras); Secretaria de Educação

de Lajeado; Coordenadoria Regional de Educação (CRE); Conselho Tutelar de Lajeado; Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado; e direções e equipes pedagógicas das instituições de ensino.

Serviço

Agenda de encontros
Hoje, na Escola São João
Participantes: escolas São João e São Bento

Amanhã
Encontro na Escola Érico Veríssimo
Participantes: escolas Érico Veríssimo, Otília Corrêa de Lima, Porto Novo e Vítus André Mörchbacher
Total de Ficais: 14
Encontro na Escola Nova Viena
Participantes: escolas Campestre, Nova Viena, Pedro Scherer e Santo André
Total de Ficais: 9

Quinta-feira
Encontro na Escola Lauro Mathias Müller
Participantes: escolas Capitão Felipe Dieter, Guido Lermen, Lauro Mathias Müller e Vida Nova
Total de Ficais: 5

Sexta-feira
Encontros (manhã e tarde) no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco
Participantes: escolas Presidente Castelo Branco, Carlos Fett Filho, Fernandes Vieira, Irmã Branca, Manuel Bandeira, Moisés Cândido Veloso
Total de Ficais: 22



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Av. Emancipação, 615 | CEP 95915-000 | CNPJ 94.705.936/0001-61
e-mail: licitacoes@santacларadosul.rs.gov.br | Fone/FAX: (51) 3782-2250

EDITAL Nº 025, de 08 de agosto de 2016.

Torna público que dia 29 de agosto de 2016, às 10 horas, junto ao Auditório do Centro Administrativo, será realizada a audiência pública da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2017, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CLARA DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público, que fixa a data, horário e local da realização da audiência pública da discussão e elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2017:

DATA: 29 de agosto de 2015;

HORÁRIO: 10 horas;

LOCAL: SALA DE EVENTOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO, sito à Avenida Emancipação, 615, nesta cidade.

GABINETE DO PREFEITO, 08 de agosto de 2016.

INÁCIO HERRMANN - Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Eduardo Luiz Johann - Secretário da Administração e Planejamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Av. Emancipação, 615 | CEP 95915-000 | CNPJ 94.705.936/0001-61
e-mail: licitacoes@santacларadosul.rs.gov.br | Fone/FAX: (51) 3782-2250

Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 023, de 05 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CLARA DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas, no período de 08 a 10 de agosto de 2016, no horário das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, junto ao Centro Administrativo Municipal, as inscrições para a contratação temporária, sob forma de Contrato Administrativo, para a função de Professor - 20h semanais com licenciatura plena na área de geografia ou estudos sociais. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Centro Administrativo Municipal - fone (051) 3782-2250, sito à Av. Emancipação, 615, nesta cidade.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de agosto de 2016.

Inácio Herrmann - Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL
DE DOUTOR RICARDO - RS
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2016

ALVIMAR LUIZ LISOT, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, torna público que às 10 horas do dia 30 de agosto de 2016, na Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo, estarão sendo abertas as propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA Construção de Rede de abastecimento de água, na zona rural do município, nas Linhas Leopoldo e Linha Zanella, conforme Convênio FPE nº 1.547/2015 entre a Secretaria de Obras e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Doutor Ricardo, sendo o Edital do tipo MENOR PREÇO TOTAL. Informações e cópia do Edital poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@doutorricardo.rs.gov.br ou o edital encontrasse disponível no site do município www.doutorricardo.rs.gov.br.

Doutor Ricardo, 09 de agosto de 2016.

ALVIMAR LUIZ LISOT - Prefeito Municipal



ASSINANTE
SOLIDÁRIO

AHORA

Compromisso com o Vale do Taquari.

Lajeado, terça-feira,
9 de agosto de 2016
Ano 14 - Nº 1652

Avulso: R\$ 2,00

Fundado em julho de 2002

Fechamento da edição: 21h

MORTE NA FERROVIA

Moradores
cobram mais
sinalização

EDUARDO AMARAL



Mais um acidente fatal sobre a ferrovia, em **Estrela**, alerta para perigos das travessias. **Página 10**

DMULGAÇÃO



**Atriz fala
do sucesso
nacional**

A lajeadense Gabriela Munhoz volta à cidade natal para peça no CTC. **Conexão**

PAVIMENTAÇÃO DO PAC

Audiência judicial amanhã **define** o futuro das obras

A Justiça Federal marcou para amanhã, às 15h30min, audiência de conciliação entre governo de **Lajeado**, Ministério Público Fe-

deral, Construtora Giovanella e Coesul. O objetivo é discutir a liberação dos recursos. Suspeita é de superfaturamento de R\$ 2,5 milhões. **Página 5**

DRAMA SOCIAL

**MP exige
remoção de
famílias à
beira do rio**

A promotoria de **Encantado** solicita aos governos de **Muçum** e **Roca Sales** solução para as famílias que vivem na divisa entre as duas cidades. Para o Ministério Público, os municípios foram coniventes com a invasão às margens do Rio Taquari ao permitir acesso dos moradores à água, luz e serviços públicos. Conforme o MP, as administrações devem realocar a população em novas habitações, retirar as casas da área de preservação ambiental e impedir ocupações. O órgão ainda prevê multas em caso de novas invasões. **Página 6**



ANDERSON LOPES

MORADIAS IRREGULARES: ocupação indevida nas margens do Rio Taquari é discussão antiga e recorrente. Risco de desmoronamento é constante

TEMPO
NO VALE



Sol com nebulosidade variável, sem chuva
Mínima: 9°C - Máxima: 19°C

MORADIAS POPULARES

Empresa entrega 250 casas

Responsável pela construção das 250 casas populares pelo Minha Casa Minha Vida, em **Estrela**, programa tem conclusão prevista para até 15 de

setembro. Depois de receber as obras da empresa, o governo elabora cronograma de assinatura dos contratos e entrega das chaves. **Página 9**



Audiência de conciliação do PAC é amanhã

Município tenta liberar recursos da Caixa para dar seguimento às pavimentações

Lajeado

A definição sobre possível reinício das obras de pavimentação pelo PAC pode ocorrer amanhã à tarde, na sede da 1ª Vara da Justiça Federal. A pedido do Executivo, será realizada uma audiência de conciliação para tentar a liberação dos recursos por parte da Caixa Econômica Federal (CEF). Os repasses de valores estão suspensos desde 15 de janeiro, após suspeitas de superfaturamento nas obras.

O encontro ocorre amanhã, às 15h30min, na Sala de Audiências da sede da Justiça Federal em Lajeado. O prédio fica localizado na rua Emilio Konrad, no bairro Florestal.

A reunião deve reunir integrantes do governo municipal, do Ministério Público Federal (MPF), do consórcio de empresas formado pela Construtora Giovanella e Coesul, e a juíza Ana Paula Martini Tremarin Wedy, responsável pelo julgamento do caso.

Em despacho assinado na sexta-feira passada, a juíza fala da urgência da demanda. Segundo ela, "com o fim de otimizar a possibilidade de conciliação na audiência aprazada, e tendo em vista a relevância e urgência da demanda, intimem-se as par-



Na rua Pedro Petry, no Universitário, serviços realizados pelo consórcio terão que ser refeitos após oito meses de paralisação

tes com urgência, instando-as a comparecer ao ato com propostas de acordo previamente elaboradas, preferencialmente."

O governo do município argumentará sobre a necessidade de liberar, pelo menos, as obras de pavimentação viária da rua Arnaldo Uhry, entre os bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro. Isso porque a liberação dos conjuntos habitacionais populares — Novo Tempo I e II — de-

pende da aplicação de pavimento naquela via.

De acordo com o Executivo, a paralisação das obras por oito meses causa deterioração dos serviços já realizados em diversas vias do município. Sem apresentar estudos concretos, dirigentes do governo municipal falam em prejuízos de quase R\$ 1 milhão decorrentes da ação do MPF que suspendeu os repasses de valores pela CEF.

Entenda melhor

O processo licitatório para as obras do PAC foi suspenso duas vezes. Na primeira, o Executivo utilizou o turno único como justificativa. Na segunda, em janeiro de 2015, quando 15 empresas estavam habilitadas, atendeu a três pedidos de impugnação que solicitavam reequilíbrio das planilhas orçamentárias e readaptação do cronograma de execução dos serviços.

A licitação foi retomada em abril do ano passado. Dessa vez, com a participação de só um concorrente: o consórcio formado pelas empresas Construtora Giovanella e Coesul.

O contrato para pavimentar 14 vias em diversos bairros foi assinado com o município naquele mês, por um valor de R\$ 20,5 milhões, cerca de 8% acima do preço referência do edital.

Já no dia 17 de setembro de 2015, em matéria publicada pelo A Hora, o então secretário de Obras, Adi Cerutti, se queixou de cobranças supostamente indevidas por parte do consórcio. Ele apresentou notas fiscais que estariam superfaturadas, e afirmou ter avisado o prefeito sobre as incongruências, mas que esse teria insistido para que os pagamentos fossem efetuados.

Duas semanas após as denúncias, o MPF abriu inquérito para investigar o caso. Após duas análises por uma engenheira civil da entidade, o procurador da República, Cláudio Terre do Amaral, ajuizou ação civil pública — em maio de 2016 — contra o Executivo, a CEF e o consórcio. Para ele, as obras estão superfaturadas em 11% do valor, totalizando um repasse irregular de quase R\$ 2,5 milhões.

Prosseguimento do impeachment começa a ser definido

País

Os senadores votam hoje o prosseguimento do processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Cabe a eles decidir se Dilma deve ser julgada por crimes de responsabilidade, pondo fim à segunda etapa do processo de afastamento da petista. Para dar seguimento ao processo, basta que a maioria simples (41 senadores) vote a favor do julgamento.

A expectativa é que a sessão dure cerca de 30 horas, avançando pela madrugada e ter-

minando apenas na manhã de quarta-feira, 10. O relatório do tucano Antonio Anastasia (MG) foi aprovado com folga na Comissão do Impeachment na semana passada. Ainda assim, senadores petistas defendem ser possível reverter o quadro.

Ontem, o líder da oposição Lindberg Farias (PT/RJ) atacou o presidente interino Michel Temer (PMDB), alvo de denúncias da empreiteira Odebrecht.

A votação de hoje será presidida pelo presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Anastasia terá 30 minutos para apresentar seu re-

latório no plenário. Após isso, os outros senadores têm 10 minutos cada para falar na tribuna.

Os últimos a falarem são a acusação e defesa de Dilma, ambos com 30 minutos para apresentar os argumentos. A votação será nominal, aberta e registrada no painel eletrônico.

Estão programados dois intervalos de uma hora, às 13h e às 18h. A partir daí, e passadas mais quatro horas, os trabalhos poderão ser interrompidos por uma hora, conforme a necessidade, ou a qualquer tempo, por prazo razoável, a juízo do presidente.



Senadores decidem hoje se Dilma será julgada por crime de responsabilidade